

**CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO
SUPERIOR**

Comissão de Avaliação Externa dos cursos de Ciência Política e Relações
Internacionais

UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
Licenciatura em Relações Internacionais
- Relatório -

2º CICLO/ANO 4

Índice

	Página
1. Introdução	
1.1. Constituição da Comissão	3
1.2. Método de Trabalho	3
1.3. Termos de referência das Visitas Institucionais	3
2. Enquadramento Institucional	4
2.1. Enquadramento do Curso no Sistema de Ensino Superior	4
2.2. Inserção do Curso na Universidade	4
3. Programa de Ensino	6
3.1. Objectivos, Organização e Conteúdos do Curso	6
3.2. Natureza do Ensino e Métodos de Ensino e Avaliação	7
4. Comunidade Académica	7
4.1. Número de Estudantes	7
4.2. Requisitos de Acesso	8
4.3. Carga Horária e Horários	8
4.4. Sucesso de Aprendizagem	8
4.5. Saídas Profissionais e Dispositivos de Inserção na Vida Activa	9
5. Meios Humanos	9
6. Estruturas	10
6.1. Financiamento	10
6.2. Infra-estruturas físicas	11
7. Gestão da Qualidade	11
7.1. Controlo Interno da Qualidade	11
7.2. Relacionamento do Ensino com a Investigação.	11
8. Relações Externas	13
8.1. Contactos com a Indústria, Instituições e Serviços	13
8.2. Programa Europeu Socrates / Erasmus.	13
9. Classificações	15

1. Introdução

1.1. Constituição da Comissão

- **Prof. José Esteves Pereira**, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa, Presidente da CAE
- **Profª. Raquel Soeiro de Brito**, Professora Catedrática Jubilada da Universidade Nova de Lisboa;
- **Prof. Rafael Caldach Cervera**, Professor Catedrático da Universidade Complutense;
- **Dr. Luís Carolino**, secretário da CAE

1.2. Método de trabalho

A CAE de CP/RI aprovou em plenário de Comissão os termos de referência que adiante se indicam e que foram comunicados atempadamente à instituição.

A subcomissão considerou, numa apreciação prévia, bem organizado o Relatório de Auto-Avaliação da Licenciatura em Relações Internacionais da Universidade Lusíada, decidindo comprovar alguns dados fornecidos na visita institucional.

A visita institucional teve lugar no dia 26 de Março de 2004, tendo-se cumprido na íntegra o programa acordado com a instituição. Nas reuniões efectuadas com a comunidade académica no decurso da visita tomou-se em linha de conta, entretanto, os termos de referência.

1.3. Termos de referência das visitas institucionais

Não obstante a aplicação das Normas Orientadoras definidas no Guião de Avaliação Externa, foi deliberado ter em conta o seguinte:

1. O processo avaliativo deve orientar-se para a verificação e promoção da qualidade do ensino ministrado, a qual consiste na eficácia do ensino para a obtenção dos objectivos definidos pelos Cursos.
2. Considera-se como factor determinante para a obtenção dos objectivos considerados a investigação associada ao ensino/aprendizagem.

3. Existência da cooperação interdisciplinar ao nível da instituição e mobilidade docente.
4. Parâmetros precisos de avaliação escolar.
5. Consulta da produção científica dos docentes do Curso.
6. Medidas tomadas pela Instituição relativamente à progressão científico-pedagógica e progressão dos docentes.
7. Audição dos cursos relativamente ao processo de Bolonha.
8. Dispositivos de apoio à inserção dos diplomados na vida activa.

2. Enquadramento institucional

2.1. Enquadramento do curso no Sistema de Ensino Superior

O curso de licenciatura em Relações Internacionais iniciou o seu funcionamento na sequência da criação da Universidade Lusíada pela sua entidade titular, a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, constituída em 1986, muito embora só em 1988, com o Decreto-Lei nº 166/88, de 14 de Maio, o Ministério da tutela tenha reconhecido a criação e funcionamento do curso de licenciatura em Relações Internacionais instituindo-se, assim, como a única alternativa de oferta a um único curso disponibilizado em Lisboa pelo ensino universitário público.

Estruturado, então, em cinco anos, o curso viria a ter a sua titulação reconhecida, para todos os efeitos correspondentes aos da titularidade do grau da licenciatura do ensino público – e desde o início da vigência do seu plano de estudos – pela Portaria nº 73/91 de 28 de Janeiro.

2.2. Inserção do curso na Universidade

A licenciatura em Relações em Relações Internacionais está institucionalmente enquadrada no Departamento de Relações Internacionais / Ciência Política da Universidade Lusíada de Lisboa.

De acordo com o Estatuto da Universidade Lusíada, são os seguintes os órgãos da Universidade Lusíada:

- **Órgão Singular:**
 - O Reitor
- **Órgãos Colegiais:**
 - O Conselho Superior
 - O Conselho Directivo
 - O Conselho Pedagógico e Científico Coordenador
 - Os Conselhos Pedagógicos
 - Os Conselhos Científicos
 - Os Conselhos Escolares Departamentais
 - Os Conselhos Disciplinares
 - Os Conselhos Sociais

Destes órgãos, interessa realçar em particular:

- O Director do Departamento (nomeado pela entidade instituidora, sob proposta do Reitor, compete-lhe assegurar, pelos meios que tiver por convenientes, a elevada qualidade de ensino do Departamento)
- O Subdirector do Departamento
- O Secretário do Departamento
- O Conselho Escolar do Departamento (constituído pelo Director do Departamento, pelos professores das várias categorias em serviço no Departamento, pelos docentes com regência de disciplinas nos cursos do Departamento, por cinco representantes dos docentes do Departamento sem regência designados pela Direcção do Departamento, e por um representante dos alunos por cada ano do curso ou cursos do Departamento, eleitos pelos respectivos alunos).

Dada a multidisciplinaridade de assuntos e matérias leccionadas, a licenciatura em Relações Internacionais utiliza docentes de outros Departamentos da Universidade Lusíada, nomeadamente do Departamento de Direito, de Economia e de História.

Existem algumas disciplinas cujo ensino é ministrado simultaneamente com a licenciatura em Ciência Política, quando se trata de matérias com carácter comum.

Para além desta ligação / interacção entre Departamentos, verifica-se ainda uma articulação com o Instituto Lusíada de Pós-Graduações.

3. Programa de ensino

3.1. Objectivos, organização e conteúdos do Curso

Este curso foi criado em 1986, "com a finalidade de formar profissionais nesta área do saber com uma forte preparação nas disciplinas de base como suporte ao desenvolvimento curricular de matérias mais específicas".

A par da solidez teórica de formação, acompanhada de uma correcta disposição cronológica das cadeiras, há a intenção de valorizar o curso com uma "componente prática"; ou seja, os responsáveis pela instituição pretendem "dotar as alunos com capacidade de aprendizagem ao longo da vida e em trabalho em equipa". São propostas muito valiosas que nos parece terem vindo a ser correctamente ajustadas desde a formação do curso e em sucessivas reestruturações que parecem reflectir-se no elevado grau de satisfação dos licenciados quanto à formação que lhes foi disponibilizada. Existe um leque variado de disciplinas de opção a partir da última reestruturação. Em 1998 foi reduzida a carga horária, com o fim de aumentar o tempo de estudo e investigação, bem como melhorar a utilização dos meios informáticos e multimédia de que a Universidade dispõe. A partir de 2000 aumentou o número de aulas práticas, embora se considerem ainda insuficientes, tendo sido criado o Seminário sobre Espaço Euro-Atlântico, considerado estratégico para um curso moderno e actualizado.

Numa questão colocada durante a visita sobre a capacidade de formação para aspectos atinentes à integração europeia pôde verificar-se que a perspectiva jurídica está consagrada na cadeira de Integração Europeia, a perspectiva política na de Política Internacional Contemporânea e, complementarmente, pode recorrer-se quer à disciplina de Política Externa dos Estados, quer ao seminário de Espaço-Euro-Atlântico.

O estudo de casos específicos e de simulações parece também não estar descurado através da participação activa de alunos em debates, mas importará reforçar essa componente, nomeadamente através de professores especializados em determinadas áreas geográficas nomeadamente África, Ásia, América Latina incluindo o Brasil e o Báltico.

Não obstante a boa estruturação do Curso, deveria prestar-se alguma atenção a uma cadeira que abordasse de modo dedicado o espaço físico e humano, isto é uma cadeira de Geografia.

O Curso optou por não disponibilizar aprendizagem de línguas em consonância, aliás, com outras licenciaturas congéneres.

Actualmente, o curso está estruturado em 4 anos, com disciplinas anuais e semestrais, consistindo os dois primeiros anos um curso de base e os dois últimos de especialização com a possibilidade de, no último ano, os alunos poderem optar por um dos dois ramos: *Cooperação e Desenvolvimento* ou *Ciências Político-Económicas*.

Parece-nos também perfeitamente adequada a economia de escala que se invoca relativamente à partilha de meios entre a Licenciatura em Ciência Política e a Licenciatura em Relações Internacionais, ao nível dos dois primeiros anos, atendendo ao seu carácter genérico e abrangente. Estas medidas poderão, aliás, contribuir, a nosso ver, para uma eventual integração de uma área de Ciência Política no Curso se a Licenciatura em Ciência Política se tornar inviável, a manter-se o número reduzido de alunos que a procura.

3.2. Natureza do ensino e métodos de ensino e avaliação

As disciplinas podem ser práticas, teóricas com práticas e teórico-práticas, mas todas têm a duração de 50 min, o que parece manifestamente pouco para aulas práticas.

Está em curso um repensar da estrutura da licenciatura de modo a se processar atempadamente a integração no 'processo de Bolonha'. Pareceu-nos que os responsáveis pelo Curso têm dado atenção a estes aspectos que implicarão, entre outras coisas, a semestralização completa, a adopção de ECTS (European Credit Transfer System) e a instauração da tutoria pedagógica.

Quanto aos métodos de avaliação praticados, parece-nos sobremaneira positiva a atenção prestada a provas orais no processo de avaliação escolar.

4. Comunidade Académica

4.1. Número de estudantes

Em 1995 chegaram a estar matriculados 1500 alunos. Desde esse ano lectivo verificou-se uma quebra acentuada de procura da ordem dos 80%, seguindo uma

tendência geral, tendo-se matriculado em 2002/2003 265 alunos. Sublinhe-se que a maioria dos candidatos fez uma primeira escolha relativamente ao curso.

No Relatório de Auto-Avaliação estão apresentados factores explicativos da procura decrescente a que se deve atender: o aumento do número de Licenciaturas em Relações Internacionais, o decréscimo demográfico e a menor atractividade relativamente ao curso em que sente o peso da falta da internacionalização da economia portuguesa.

4.2. Requisitos de acesso

Conclusão do ensino secundário ou equivalente e uma prova de ingresso a escolher entre História, Sociologia, Português e Geografia, com obtenção de classificação mínima (média ponderada entre a classificação final do ensino secundário (65%) e pela disciplina de ingresso (35%).

4.3. Carga horária e horários

Os horários estão repartidos per três grupos: de manhã, entre as 9 e as 13 H com horário pós- laboral e entre as 19 e as 23H mas só a partir do 2º ano. Aos sábados, há aulas das 8 as 13 H dando, assim, possibilidade aos alunos-trabalhadores de seguirem o curso mais convenientemente.

4.4. Sucesso da aprendizagem

A instituição deve tomar na devida consideração o problema de retenção que se situa, em grande parte, na ordem dos seis anos ou mais necessários para concluir o curso, mesmo que tal não constitua significativo desvio em relação a outros cursos congéneres em Portugal. É um problema que exigirá um estudo global sobre as medidas urgentes a tomar.

4.5. Saídas profissionais incluindo os dispositivos de inserção na vida activa

Existe na Universidade Lusíada uma Unidade de Inserção na Vida Activa (UNIVA).

Não obstante a dificuldade de empregabilidade sentida em todas as instituições universitárias portuguesas que se dedicam ao ensino de Relações Internacionais, deparamos com uma situação mais confortável na Universidade Lusíada pelo que podemos colher, quer no relatório de Auto-Avaliação, quer do encontro com alunos e antigos alunos.

A maioria dos licenciados encontra-se empregada, com um número de inactivos muito reduzida verificando-se, igualmente, relativa facilidade de colocação para aqueles que procuram emprego. Tal se pode ficar a dever às ligações entre a universidade e o sector empresarial e ao reconhecimento dos empregadores pela competência demonstrada pelos diplomados. O Gabinete de Saídas Profissionais desempenha, neste aspecto, um papel da máxima importância.

5. Meios Humanos

São 37 os docentes afectos à docência do curso, sendo 10 doutorados e 12 mestres, quatro dos quais a preparar o doutoramento. O número de licenciados é de 15 correspondendo a 41% do corpo docente. 9 dos docentes exercem actividade exclusiva na Universidade.

O corpo docente tem uma média etária elevada (58 anos entre os doutorados, 42 no caso dos mestres e 41 entre os licenciados). O regime de prestação de serviço é por contrato de trabalho, com pagamento à hora, devendo um docente em tempo integral dar 6 horas semanais de aulas.

O corpo técnico e administrativo é competente e em número adequado.

6. Estruturas

6.1. Financiamento

Apresentam-se os dados fornecidos pela instituição com inclusão de percentagens apuradas pela CAE:

RECURSOS FINANCEIROS ANO ECONÓMICO 2002

Fontes de Financiamento:

	Saldo do ano anterior		0,00
Fundos públicos			%
	OE	0,00	0
	PIDDAC	0,00	0
	PRODEP	0,00	0
	FEDER	0,00	0
	Diversos	88.240,58	0.55
	Subtotal	88.240,58	0.55
Outros Fundos			
	Propinas	15.019.645,44	94.1
	Serviços	284.484,51	1.78
	Diversos	568.760,08	3.68
	Subtotal	15.872.890,03	99.4
	Total	15.961.130,61	100.0

Afectação de Verbas:

Ensino			%
	Pessoal	11.651.513,86	68.3
	Equipamento	638.239,20	3.7
	Bibliografia	146.069,71	0.9
	Manutenção	164.791,71	1.0
	Diversos	4.390.597,16	25.8
	Subtotal	16.991.211,64	99.7
Investigação			
	Bolsas	57.613,19	0.3
	Projectos	0,00	0
	Diversos	0,00	0
	Subtotal	57.613,19	0.3
	Total	17.048.824,83	100

6.2. Infra-estruturas físicas

As instalações são boas e a universidade tem apoios técnicos modernos quer de tipo informático, quer multimédia. A Biblioteca, embora adaptada a uma antiga instalação construída na origem para o mesmo efeito, é actualizada, está bem organizada e é acolhedora. A Mediateca está muito bem organizada e actualizada com afectação significativa de recursos financeiros.

7. Gestão da Qualidade

7.1. Controlo interno de Qualidade

Deve-se salientar, antes de mais, a preocupação manifesta em actualizar a estrutura curricular e em acompanhar o Processo de Bolonha

O curso tem bons professores e uma coordenação idónea e eficaz embora o controlo pedagógico-científico esteja a cargo de vários órgãos o que, em princípio, poderia ser um factor de menor eficácia. Mas tal não parece verificar-se. Todavia, a coordenação da Licenciatura em Relações Internacionais decorrente das medidas recentes a nível de toda instituição não podem ser suficientemente avaliadas de momento. Os tipos de coordenação parecem-nos adequados atendendo aos objectivos elencados. O modo seguro e organizado como na visita institucional foi possível responder aos diferentes aspectos concernentes à avaliação são de molde a esperar que o mesmo se processe no tipo de coordenação horizontal, vertical ou mista que se vai iniciar. É um aspecto que se deve inscrever em sede de relatórios de progresso.

7.2. Relacionamento do ensino com a investigação

A melhor forma de avaliar a interacção entre a licenciatura e a investigação é a existência do Mestrado de Relações Internacionais. Os resultados obtidos são bons em termos de dissertações defendidas, num período de cinco anos que antecede o ano objecto. Constata-se, igualmente, o apoio a doutoramento de docentes de Relações

Internacionais e a promoção de publicações através de uma revista especializada e algumas monografias.

No entanto, como aliás é sentido por um universo significativo de docentes, justificava-se a criação de uma estrutura de investigação no interior da Universidade. Deve referir-se que os responsáveis de Departamento pretendem candidatar-se aos concursos abertos pela FCT para novas unidades de investigação, iniciativa que nos parece estar ainda pouco clarificada. Seria importante para este curso, sem dúvida, um maior investimento científico estruturado na Universidade Lusíada, não obstante a ligação de alguns docentes a instituições externas de pesquisa.

A possibilidade de parcerias, acordos ou acções conjuntas permitiria, certamente, uma maior capacidade de investigação necessária para a poder articular com a docência.

Um factor negativo para o investimento nesta área poderá residir na protelada autorização ministerial de concessão de Grau de Doutor em Relações Internacionais que deveria articular-se com o CLERI (Centro Lusíada de Estudos em Relações Internacionais), unidade que nos parece estar ainda em estado embrionário.

Deve salientar-se, também, como factor de qualidade, a promoção de conferências e debates sobre questões que interessam ao âmbito da docência de Relações Internacionais. O CEPRI, núcleo dinamizado pelos alunos, desempenha um papel muito importante nesta matéria.

Ainda no tocante a envolvimento de discentes e antigos alunos, cumpre destacar a actividade de organizações não governamentais (ONG) que os próprios criaram e desenvolvem em colaboração com a Universidade, nomeadamente através da cedência de espaços como acontece com a ADDOCERE, uma ONG a trabalhar no campo da cooperação (Timor). O mesmo se passa com a AJEC, que procura intervir no campo da educação para a cidadania, através de acções de formação e da divulgação de um CD interactivo (CDdania).

Esta forma de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos deve ser devidamente avaliada como índice de qualidade do Curso.

8. Relações Externas

8.1. Contactos com a indústria, instituições e serviços

A Licenciatura tem, no contexto da Universidade Lusíada, significativos contactos com áreas empresarias e serviços do Estado, o que constitui um aspecto relevante para efeitos de garantia de estágios aos alunos e de eventual obtenção de emprego. Por seu turno, a UNIVA, unidade de Inserção na Vida Activa, está em condições de assumir um papel decisivo tanto no apoio aos finalistas como aos licenciados em procura do primeiro emprego e aos alunos desempregados.

Os contactos com outras instituições de Ensino Superior nacionais estrangeiras atingem a ordem das três dezenas mediante vários tipos de acordos de cooperação. Particularmente significativa é a colaboração com a Universidade Catholique de Louvain.

8.2. Programa Europeu Socrates/ Erasmus

Existe intercâmbio de alunos no âmbito do Programa Socrates Erasmus, e no âmbito de acordos bilaterais, embora em número reduzido, não sendo particularmente significativa, também, a utilização do programa por parte dos docentes. Este aspecto deveria ser mais cuidado. Embora existam condições de partida, a internacionalização, que é muito diminuta a nível de mobilidade e envolvimento institucional, devia ser intensificada.

9. Classificações

	Campos de Apreciação	Classificação*
1.	Organização Institucional	C
2.	Objectivos do Curso	B
3.	Plano de estudos	C
4.	Conteúdos Programáticos	C
5.	Alunos (procura/ sucesso escolar)	D
6.	Processo Pedagógico	C
7.	Corpo Docente	C
8.	Pessoal não Docente	C
9.	Instalações e Equipamentos	C
10.	Recursos Financeiros	E
11.	Relações Externas e Internacionalização	D
12.	Ambiente Académico	C
13.	Gestão da Qualidade	C
14.	Empregabilidade	C

* Os níveis de classificação, por cada um dos campos de apreciação, foram estabelecidos nos seguintes termos:

A – Excelente

B – Muito Bom

C – Bom

D – Suficiente

E – Insuficiente